

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA

LINDSAY PATRÍCIA MAIA FREIRE
MARCELO REIS FREIRE
SÍLVIA RODRIGUES DA COSTA

A IDEOLOGIA MARXISTA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA
INFLUÊNCIA DE GRAMSCI E PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ANÁPOLIS – GO

2016

LINDSAY PATRÍCIA MAIA FREIRE
MARCELO REIS FREIRE
SÍLVIA RODRIGUES DA COSTA

A IDEOLOGIA MARXISTA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA
INFLUÊNCIA DE GRAMSCI E PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Artigo apresentado à
Coordenação da Faculdade
Católica de Anápolis para
obtenção do título de
Especialista em Docência
Universitária sob orientação da
Professora Me. Allyne Chaveiro
Farinha.

ANÁPOLIS – GO
2016

**LINDSAY PATRÍCIA MAIA FREIRE
MARCELO REIS FREIRE
SÍLVIA RODRIGUES DA COSTA**

**A IDEOLOGIA MARXISTA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA
INFLUÊNCIA DE GRAMSCI E PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Docência no Ensino Superior da Faculdade Católica de Anápolis como requisito para obtenção do título de Especialista.

Anápolis-GO, 07 de maio de 2016.

APROVADA EM: _____/_____/_____ NOTA _____

BANCA EXAMINADORA

Allyne Chaveiro Farinha

Diogo Jansen Ribeiro

Aracelly Rodrigues Loures Rangel

A IDEOLOGIA MARXISTA E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE GRAMSCI E PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Lindsay Patrícia Maia Freire¹

Marcelo Reis Freire²

Sílvia Rodrigues da Costa³

Allyne Chaveiro Farinha⁴

RESUMO: No imaginário de muitos, a educação é um modelo técnico científico voltado para os processos de ensino e aprendizagem para garantir a manutenção e perpetuação do conhecimento e dos valores socioculturais às gerações que se seguem. Pretende-se mostrar nesta pesquisa bibliográfica que a realidade é outra. Teóricos como Antônio Gramsci (1891/1937) e Paulo Freire (1921/1997) prestaram uma colaboração significativa em desfavor deste propósito. Para tanto, analisou-se a obra Cadernos do Cárcere, especialmente o caderno doze que trata da educação, de Gramsci e a obra Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, com o objetivo de mostrar o ideal revolucionário comunista desses autores, suas técnicas e ideologias influentes na educação brasileira, especialmente nos cursos voltados a formação de professores, e quais as consequências disso na educação, no que tange suas leis e diretrizes até sua aplicabilidade.

Palavras-chave: Gramsci. Freire. Ideologia. Educação. Marxismo.

INTRODUÇÃO

A universidade é uma instituição social, portanto ela reflete a realidade sócio-política-econômica da sociedade na qual está inserida. O discurso ideológico permeia toda a esfera da sociedade e por isso está presente também nas salas de

¹ Pós-Graduada. Graduada em Medicina. Médica Residente em Medicina de Família e Comunidade. lindsaypsm@yahoo.com.br

² Pós-Graduando. Graduado em Psicologia Clínica. Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental. mreisfreire@gmail.com

³ Pós-Graduada. Graduada em Economia. silviacosta@hotmail.com

⁴ Orientadora. Mestre em História. allyne.chfarinha@gmail.com

aula dos cursos de Ensino Superior, permitindo assim que reproduzam formadores de opinião que também aplicarão esse discurso ideológico.

O filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836) propôs que a ideologia é a ciência que atribui a origem das ideias humanas às percepções sensoriais do mundo externo. Para o *marxismo*, ideologia é a totalidade das formas de consciência social, o que abrange o sistema de ideias que legitima o poder econômico da classe dominante (ideologia burguesa) e o que expressa os interesses revolucionários da classe dominada (ideologia proletária ou socialista). (HOUAISS, 2003).

Nota-se que a assimilação ideológica ocorre de modo natural e imperceptível, portanto, acredita-se que os universitários, que assimilam tal ideologia, tanto em suas reflexões como em suas técnicas passam a reproduzi-la involuntariamente em todas as suas relações sociais, inclusive como futuros pensadores, formadores de opinião em suas atividades acadêmicas ou como docentes em suas salas de aula, dando início a formação de novos reprodutores dessa ideologia, tornando as universidades e as demais instituições educacionais em ambientes de reprodução de ideias.

Deve-se considerar que os acadêmicos já apresentam conhecimentos prévios ao ingressar na universidade em seu senso comum. É provável que todas as ideologias já sejam assimiladas por todos desde o nascimento, em todas as relações sociais, a educação no ensino superior é apenas mais uma dessas relações que reforcem as mesmas ideias ou modifiquem-nas.

Talvez isso seja inevitável, pois o poder de transmitir as ideias de sua classe, transformando a consciência daqueles que serão os futuros profissionais está naturalmente implícito em suas atividades, tanto no discurso como nas atitudes, o que involuntariamente gera um ciclo.

Entretanto, espera-se que o papel da universidade enquanto espaço de reflexão seja o de desvelar o discurso ideológico, fazendo-os capazes de interpretar as relações sociais em suas raízes e refletir acerca das condições de sua existência e de sua inserção na sociedade. No entanto, no atual modelo educacional, este papel da universidade mostra-se mais político do que educacional, alicerçado mais em doutrinação ideológica do que a formação profissional e científica pode muitas vezes ficar em segundo plano.

Esse despertar para a constante reflexão é o verdadeiro desafio na busca por uma educação de qualidade. A Universidade não pode apenas limitar-se ao

papel de reprodutora de conhecimentos. Pois educar não se restringe unicamente a transmiti-los, mas à formação de uma consciência crítica, que perpassa as paredes das salas de aula e firme-se em atitude, em prática, em produção, em transformação.

Não obstante, ao se deixar utilizar como aparelho ideológico, a universidade forma cidadãos passivos, que tornam-se reprodutores das mesmas ideias e reconhecem-se impotentes frente a diversas situações. Ao reproduzir o discurso ideológico corre o risco de se distorcer a realidade, não estimulando a reflexão e a consciência crítica.

Diante do exposto, pretendeu-se mostrar o desenvolvimento histórico da ideologia marxista nos cursos universitários, por meio da análise da obra Cadernos do Cárcere, especialmente o caderno doze que trata da educação, de Gramsci, a fim de identificar a influência destas ideias na educação brasileira, especialmente em cursos voltados para a formação de professores, por isso apresentou-se também alguns elementos da obra Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, um teórico de bastante relevância para os cursos de licenciatura.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A fim de mapear a influência da ideologia no ensino superior brasileiro, faz-se necessário compreender como este desenvolveu-se no país, pois perceber a forma como esta fase de ensino foi refletida e implementada no decorrer da história, fornecerá elementos fundamentais para a compreensão do atual ensino superior brasileiro. Diante disso, apresentar-se-á neste tópico um breve panorama histórico desta fase educacional no Brasil.

A raça humana evoluiu, transformou a natureza através do trabalho, desenvolveu ideias, valores e crenças sobre seu modo de vida, haja vista que as pessoas não só trabalham, como também refletem e representam o modo em que vivem. Este fato fez com que o ser humano se preocupasse em transmitir suas experiências cotidianas a seus semelhantes. Nasceu assim a educação, maneira de transmitir e assegurar a outras pessoas o conhecimento de crenças, técnicas e hábitos que um grupo social já desenvolveu a partir de suas experiências de sobrevivência (MEKSENAS, 2009)

No Brasil, durante o período colonial, as universidades estiveram proibidas, assim como a imprensa, o que dificultou a circulação de livros e do conhecimento. Uma das razões para a proibição era a tentativa de impedir a circulação de novas ideias que pudessem conduzir a independência; outra razão foi à falta de recursos docentes para enviar a colônia sem desfalcar a metrópole (GHIRALDELLI, 2009).

Ainda, conforme Ghiraldelli (2009), os jesuítas criaram, ao todo, dezessete colégios no Brasil. Para supri-los com professores devidamente treinados no ofício; uma vez que só colocava na função religiosos que tinham passado por cursos de formação superior; a ordem recebeu autorização da Coroa para fundar centros de ensino superior - faculdades - embora as universidades continuassem proibidas. Porém, o ideário em que baseavam-se para essa formação era a doutrina cristã, o que é evidenciado por Durham:

Apesar das Universidades estarem proibidas no Brasil, os jesuítas foram responsáveis pela criação das primeiras escolas na colônia, cujo lema da ordem era “escrever no papel em branco representado pelas crianças para propagar a fé cristã [...]” (DURHAM, 2005, p.199).

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas em 1550, em Salvador, na Bahia, sede do governo geral, com a criação do curso de Artes e Teologia, mais tarde foi agregado o de Ciências Naturais e Filosofia, com duração de três anos, e compreendido o ensino de lógica, física, matemática, ética e metafísica. Teixeira (2005) ressalta que as faculdades jesuítas disseminaram-se, instaladas posteriormente, em São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará e no Rio de Janeiro.

No entanto, conforme Durham (2005) este início sofreu um retrocesso no século XVIII, quando o Marquês de Pombal, déspota esclarecido que governou em nome do rei D. José I, como primeiro ministro, expulsou os jesuítas do Brasil. Com o propósito de obter mais rendas para o falido Estado português, Pombal confiscou os bens da ordem, assumiu a direção do sistema de ensino jesuítico, fechou as faculdades jesuítas e colocou os sargentos e oficiais das milícias - únicos que sabiam ler, escrever e fazer contas simples - como professores nos colégios.

O ressurgimento do ensino superior no Brasil somente ocorreria no início do século XIX, com a vinda da família real em 1808. Foram criadas uma série de

cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como militares. Em 1808 nasceu o curso de Cirurgia na Bahia e o curso de Cirurgia e Anatomia no Rio Janeiro; no decorrer do tempo, nasceu o curso de Medicina no Rio de Janeiro. Em seguida, em 1910, fundou-se a Academia Real Militar que mais tarde se transformaria na Escola Central e depois em Escola Politécnica, que se tornara a Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1927 foram criadas duas faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda (ROMANELLI, 2001).

Entretanto Saviani (2007) pondera que havia somente a preocupação de implantar um modelo de escola autônoma que formasse para as carreiras liberais, como advogados, engenheiros e médicos, para atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, da elite local.

Com a Independência do País, conquistada em 1822, algumas mudanças no panorama sócio-político e econômico pareciam esboçar-se, inclusive em termos de política educacional. O desdobramento deste processo culminou com o Ato Institucional de 1834 o qual descentralizou a responsabilidade educacional. Às províncias, caberia o direito de legislar e controlar o ensino primário e médio, e ao poder central se reservou a exclusividade de promover e regulamentar o ensino superior (TEIXEIRA, 2005).

Já no período republicano houveram diversas propostas educacionais, e logo em seus primeiros anos foi propagado a Reforma de Benjamin Constant, bastante ampla, que dentre outras mudanças, propunha a inclusão de disciplinas científicas nos currículos e dava maior organização aos vários níveis do sistema educacional. (GHIRALDELLI, 2009).

Romanelli (2001) ressalta que várias outras reformas se seguiram influenciadas pelo pensamento filosófico vigente na época. O positivismo, de orientação cientificista e pragmática, havia reunido adeptos no Brasil e estava presente nas reformas de Benjamin Constant e Rivadávia Correa, enquanto que o pensamento liberal fundamentado na igualdade de direitos e oportunidades, destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades individuais e educação universal, influenciou as reformas de Epitácio Pessoa, Carlos Maximiliano e Luiz Alves. Porém, essas reformas pedagógicas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos. Sobre isso, afirma Sampaio:

O que se propunha era bem mais que a simples modificação na educação: era a ampla reforma de todo o sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e pesquisas [...]. (SAMPAIO, 2000, p 202)

Na década de 1920, devido ao panorama econômico-cultural e político que se delineou após a Primeira Grande Guerra, em diversos setores sociais, mudanças são debatidas e anunciadas. O setor educacional participa do movimento de renovação. Surge a primeira grande geração de educadores, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros, que lideram o movimento, tentam implantar no Brasil os ideais da Escola Nova, divulgando o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento histórico que sintetiza os pontos centrais desse movimento de ideias, como referência ao papel do Estado em matéria educacional. (SAVIANI, 2004). Bello (2011) também evidencia a relevância deste movimento que imprimia um novo olhar para a educação brasileira:

‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’, datado de 1932, foi escrito durante o governo de Getúlio Vargas e consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais. Ao ser lançado, no meio do processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (BELLO, 2011, p. 118).

Na década de 1930, a sociedade brasileira dividia-se em grupos ideológicos bem mais definidos que produziram reflexões pedagógicas marcadas pelas disputas políticas, de um modo bem mais claro que nos períodos anteriores. No Brasil, surgiram quatro grandes conjuntos de ideias a respeito da educação. Tais conjuntos de ideias indicavam o que dever-se-ia ou não fazer com a educação brasileira, esses quatro projetos são os ideários liberal, católico, integralista e comunista-socialista. (SAVIANI, 2007)

No período de 1945 até 1964, o sistema de ensino superior continuou a crescer lentamente até 1960, época da formação da rede de universidades federais; criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (a primeira de uma série de universidades católicas); expansão do sistema universitário estadual paulista e o surgimento de instituições estaduais e municipais de ensino de menor

porte em todas as regiões do país. O movimento estudantil entrou em cena neste contexto, pela reforma profunda de todo o sistema educacional. Este período é considerado uma das primeiras experiências de expansão do sistema porque pretendia-se a ampliação das vagas nas universidades públicas e gratuitas, que associassem o ensino à pesquisa, com foco no desenvolvimento do País, aliado às classes populares na luta contra a desigualdade social no ensino superior (TEIXEIRA, 2005).

Na fase que se sucedeu, ocorreram vários movimentos em defesa da escola pública, universal e gratuita, foi introduzido mudanças significativas na estrutura do ensino superior no País. De acordo com Ghiraldelli (2009), no período do regime militar, de 1964 a 1980, os movimentos estudantis foram bastante atuantes, marcados pelas reivindicações por mudanças sociais, políticas e culturais. Cabe ressaltar que tais movimentos foram fortemente rechaçados, porém alguns membros do governo reconheciam a necessidade de mudanças e resolveram promover uma reformulação e modernização do sistema de ensino no Brasil. Estas reformas tinham como base a ampliação do acesso, estímulo à pesquisa e a introdução do regime de tempo integral para docentes no ensino superior.

Ainda conforme Ghiraldelli (2009), durante este período, tanto o setor público quanto o setor privado foram beneficiados com os resultados da política econômica do regime militar. No Brasil, ao contrário de alguns países da América Latina, a repressão política promoveu o ensino superior, tanto público quanto privado. O número de matrículas, em cerca de vinte anos, passou de 95.961 (em 1960), para 134.500 (em 1980). Os anos de 1968, 1970 e 1971 foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento.

Após a queda do regime militar, surgiram e desapareceram várias agremiações políticas. Algumas delas preocuparam-se teórica ou praticamente com a educação ou, ao menos, tiveram setores que implementaram alguma ação coordenada de política educacional. Esse período de democratização do Brasil culminou com a nova Constituição em 1988 e a educação não veio contemplada apenas no tópico específico destinado a ela, mas apareceu também espalhada em outros tópicos (PACHECO; RISTOFF, 2004).

A nova Constituição; ainda que favorecesse uma maior proteção ao ensino público, gratuito, obrigatório e laico fornecido pelo Estado; por conter uma série de mecanismos que permitiam o deslocamento de verbas públicas para o

ensino privado e coisas similares, não podia, por ela mesma, legislar no campo mais detalhado da educação. Para tal, a própria Constituição determinou que se elaborasse uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o que resultou em intensa luta parlamentar, extra-parlamentar e entre várias entidades da sociedade com interesses diversos e em 1996 foi criada a Lei 9394/96. (SAVIANI, 2004)

Ghiraldelli (2009) evidencia que para o ensino superior, pode-se destacar na LDB alguns pontos, como o qual fixou que o professor deve dedicar-se, no mínimo a oito horas de aulas semanais, o que foi positivo pois o relacionamento com o aluno estava muito escasso em favor da atividade de pesquisa ou administrativa. Determinou também a criação de um núcleo comum do que deve ser ensinado para todo o território nacional e uma parte diversificada, permitindo assim o aparecimento, por obra do Ministério da Educação, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que incentiva uma vasta literatura em torno de cada tópico abordado. Sobre as questões financeiras de ensino, a LDB deixou uma série de portas e janelas pelas quais as instituições privadas poderiam carrear recursos públicos em todos os níveis de ensino. Todos os aspectos desta LDB estão basicamente em vigor até os dias atuais.

Explicitado por Libâneo (2006), o início da base para as Diretrizes Curriculares Nacionais na Pedagogia ocorreu no período da crise do regime militar (1970 -1980) em que a produção de pesquisas e publicações eram voltadas contra práticas autoritárias. Por detrás desse processo havia um forte peso da discussão política e ideológica no meio educacional, assim destaca-se a visão sociologizante trazida pela ideologia marxista da teoria da divisão social e técnica do trabalho relacionando-a com as atividades realizadas pelo pedagogo em seu campo de trabalho. Inicia-se, assim, o alicerce das influências desses ideários nos currículos da Pedagogia.

Diante do exposto, evidencia-se que os respectivos contextos políticos, econômicos, sociais e culturais, influenciaram, em maior ou menor grau, a trajetória do ensino superior brasileiro.

2. BASE DAS INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Com a chegada das ideias marxistas ao Brasil, é relevante considerá-lo o teórico mais influente no que tange a estratégia de implementação da ideologia marxista no mundo, alguém que certamente apresenta grande influência sobre a educação, presente nas universidades e objeto de estudo em muitas produções científicas, Antônio Gramsci.

Gramsci nasceu na Sardenha em 1891, era jornalista de ideologia Marxista, militante em sindicatos, ajudou a formar o partido comunista italiano, morou alguns anos em Moscou onde conheceu sua mulher Julia Schucht, foi preso em 1926 pelo regime fascista de Mussolini e na cadeia escreveu sua principal obra, Cadernos do Cárcere, no caso, tratando-se da educação, dar-se-á ênfase ao Caderno 12. Gramsci também escreveu muitas cartas, no período que ficou preso por dez anos, até a sua morte em 1937 por tuberculose, dando origem à obra Cartas do Cárcere. Apesar de prolixo e repetitivo, Gramsci, como grande observador dos modelos sócios culturais hegemônicos, consciente do fracasso da revolução comunista décadas antes do fim da URSS, afirma que o sucesso do Marxismo no mundo dar-se-ia pela revolução cultural, através dos intelectuais, foi ele quem deu início a implementação de um modelo pedagógico para quebrar a hegemonia do sistema dominante sobre as massas, o que ele chama de uma elevação cultural das massas, livrando-as das concepções de mundo dominantes na cultura, religião, crenças, valores morais, valores econômicos, etc. (GRAMSCI, 2000). Para ele:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2000, p. 15).

De acordo com ele, todo grupo social emerge na história a partir da estrutura econômica anterior, de categorias intelectuais preexistentes. Daí percebe-se a importância dada por Gramsci a formação de intelectuais críticos que rejeitassem e desconstruíssem a ideologia vigente e, marxistas que pudessem implementar essa ideologia de forma positiva na sociedade.

Dada a importância dos intelectuais para a revolução cultural, Gramsci percebe a escola como um instrumento para esta revolução, esta instituição relaciona-se a “superestrutura” referida por Karl Marx (1996, p. 206) definida como “determinadas formas sociais de consciência”, que seriam condicionadas pelo modo de produção da vida material”, ou seja, as instituições responsáveis pela produção ideológica (formação das ideias e conceitos) da sociedade, instrumentos de reprodução mecânica do sistema dominante, que formavam uma classe inteira de alienados aos interesses do “Capital”, eram exatamente os instrumentos pelos quais a revolução cultural seria implementada. Por isso, afirma:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’ (GRAMSCI, 2000, p.20) .

Diante disso, Gramsci (2000) considera que os valores que alicerçam o sistema dominante devem ser quebrados pelos próprios meios que os constroem, assim, deve-se ocupar e ser ativista intelectual nas escolas, igrejas, famílias, sindicatos e meios de comunicação, além disso, instituições de manutenção do poder do estado devem ser ocupadas também, tais como: justiça, polícia e forças armadas.

Apesar de hoje ser evidente essa ocupação dos espaços com esse ativismo intelectual em todas as esferas mencionadas, será abordada a educação, em que o fenômeno conhecido como Marxismo Cultural vem sendo aplicado por décadas. É importante ressaltar que Gramsci ateve-se a questão da educação, motivado pela reforma educacional italiana promovida por Giovanni Gentile, que determinava um ensino tradicional completo para alunos de classes altas e um profissionalizante para os demais.

O referido autor defendia “uma escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa” em que o aluno deveria ser alfabetizado tendo acesso aos conceitos que embasam a sociedade, uma transmissão de conteúdo, deveria conhecer conceitos científicos, aprender a ler, escrever e fazer contas, posteriormente numa forma crítica, uma “pedagogia crítica” que desconstruísse todos os valores vigentes, principalmente em relação aos seus direitos e deveres dos cidadãos, é uma “pedagogia libertadora”, que cria no aluno elementos para a

intuição de mundo, imunizando-o dos valores que lhes aprisionam ao sistema. Senso assim, afirma:

na escola, o nexa instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos; e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior (GRAMSCI, 2000, p.44).

Nas universidades brasileiras, especialmente nos cursos de pedagogia, nota-se um exemplo explícito dessa revolução cultural promovida pelos intelectuais, é o caso de Paulo Freire, que sem dúvidas é a maior referência ideológica dos docentes no mundo acadêmico, inclusive idolatrado por muitos. A semelhança de tal método com o modelo pedagógico descrito por Paulo Freire é explícita, exceto pelo fato dele defender uma transmissão de conteúdo nos primeiros anos de estudo.

Paulo Freire tornou-se um educador conhecido a partir de seu método de alfabetização, em que o contexto social e cultural do educando é base fundamental para o processo de aprendizagem. Não obstante, o historiador David Guerreiros Vieira (2004), afirma que não há dúvidas de que Paulo Freire utilizou-se do método de ensino de Frank Loubach, cuja eficácia foi comprovada em alguns lugares como nas Filipinas. Para o historiador, Paulo Freire teria copiado tal método quando Frank Loubach, a convite do governo brasileiro, veio ao Brasil, em 1943 para explicar sua metodologia. Naquele tempo, Paulo Freire era o diretor do SESI (Serviço Social da Indústria) em Recife, Pernambuco, mesmo período da visita de Loubach, ele reproduziu as cartilhas de Loubach em português, dando a elas um viés marxista com ênfase nas lutas de classes. Paulo Freire deu seu nome a essa “nova metodologia”, como se fosse de sua autoria. Naquela época, Loubach ministrou várias palestras pelo país, causou muita repercussão no meio acadêmico, seu método foi visto com muito entusiasmo pelos educadores, mesmo assim, sua visita e seu método foram praticamente “ocultados” da história, dando todo o crédito ao Paulo Freire na sua versão marxista.

Paulo Freire cita repetidamente em suas obras, Pedagogia da Autonomia e Pedagogia do Oprimido, Karl Marx, Lenin, Mao Tsé-Tung, Che Guevara, Fidel Castro, Frantz Fanon, Régis Debray, Herbert Marcuse, Jean-Paul Sartre, Louis Althusser, Rosa Luxemburgo e Georg Lukács, expondo seu método sócio

construtivista que se funda mais numa ideologia socialista-comunista do que numa metodologia pedagógica.

Nessas obras encontra-se a radicalização revolucionária como o único caminho para a “libertação” do modelo dominante legitimado pelo método de ensino bancário que subjuga a massa popular numa “consciência oprimida”, em que, segundo ele, distorce até mesmo a visão de Deus para alcançar seu domínio.

Continuo bem aberto à advertência de Marx, a da necessária radicalidade que me faz sempre desperto a tudo o que diz respeito à defesa dos interesses humanos. Interesses superiores aos de puros grupos ou de classes de gente (FREIRE, 1996, p.62).

Paulo Freire demonstra seu caráter político ao afirmar objetivar que a liderança revolucionária assuma o poder dominando as massas. Segundo ele:

Se esta educação somente pode ser realizada, em termos sistemáticos, pela sociedade que fez a revolução, isto não significa que a liderança revolucionária espere a chegada ao poder para aplicá-la (FREIRE, 1987, p.43).

Assim como Loubach, Freire prega a valorização dos valores trazidos pelos alunos, porém, nem sempre esses valores trazidos são positivos para educação, tais como violência, crimes, depravação, drogas, fala errada, etc. Nas realidades acadêmicas, o professor é orientado a não criticar ou repudiar tais valores e, sim, trabalha-los em salas de aula, muitas vezes até reproduz nos seus discursos os mesmos valores e falas como forma de inserir-se na realidade do aluno.

Consoante com Paulo Freire, os professores não são detentores do conhecimento, são mediadores. O senso comum deve ser valorizado e respeitado como verdade e, as verdades cientificamente comprovadas orienta a criticá-las antes de conhecê-las, é um receber criticando, duvidando. Esta orientação, pode ser observada no trecho abaixo:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levar em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos "conhecimentos de experiência feitos" com que chegam à escola (FREIRE, 1996, p. 26).

Tal orientação levada ao extremo faz com que os professores aceitem, que seus alunos escrevam errado, falem errado, interpretem errado, calculem errado, pensem errado, distorçam a física, biologia, ciência, história, geografia, etc., sem qualquer prejuízo nas avaliações, pois conforme Freire, exigir conhecimento e dar notas é uma forma de opressão e reprodução do modelo bancário, o que torna o aluno repetidor das verdades do sistema dominante, por isso afirma:

Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm se assumindo cada vez mais como discursos verticais, de cima para baixo, mas insistindo em passar por democráticos. [...] É intolerável o direito que se dá a si mesmo o educador autoritário de comportar-se como o proprietário da verdade de que se apossa e do tempo para discorrer sobre ela (FREIRE, 1996, p.44).

Na perspectiva freiriana, o modelo de avaliação tradicional, como prova, é visto como uma forma de exclusão seletiva e eliminatória, classificatória, burocrática, de certificação, disciplinadora, uma forma de controle do modelo burguês, dando origem a outros modelos de avaliações mais subjetivos, em que a simples participação ou presença faz parte da avaliação.

Tudo isso vem resultou na valorização desses erros e desinformação, ao mesmo tempo em que se estimula criticar constantemente o conhecimento científico pré-existente antes mesmo de aprendê-los. Assim desvaloriza-se o processo de reflexão e os alunos tornam-se incapazes de desvelar o discurso ideológico aos quais estão submetidos.

3. A FORMAÇÃO DO DOCENTE E REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA MARXISTA

De acordo com Libâneo (2006), a ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), a partir de 1980, antes mesmo de sua fundação em 1983, através de seus integrantes, defendeu a aplicação de uma concepção sociologizante de escola e currículo, adotada na formação de professores, nas escolas brasileiras.

Não obstante, Piccinini (2011) já apontava a necessidade da desconstrução da educação tradicional liberal, no final do regime militar, por acreditar que ela formaria indivíduos alinhados com a ordem do capital, pautados em modelos econômicos de mercado, que visa a eficiência e produtividade (taylorismo),

numa base científica, positivista, que exclui dimensões humanas como estética e filosofia, meios pelos quais se pretendia inserir a ideologia marxista na educação; afirma também que o modelo liberal desenvolve valores políticos como individualismo, concorrência e mérito, excluindo a participação das famílias nas escolas, e que o mesmo anula o entendimento Marxista da cultura da classe trabalhadora.

Em contrapartida, Arantes (2011), afirma que a escola de modelo liberal nos anos 80, não excluía a participação da família, inclusive, prezando pela disciplina chamava os pais para que aplicassem disciplina em casa referente a comportamento ou desempenho escolar de seus filhos, o oposto do atual modelo marxista que para alguns teóricos incentiva os alunos na resistência à disciplina.

Conforme Apple (2003), o modelo liberal de escola não aborda qualquer ideologia ou política, “é um modelo científico, objetivo, lógico, onde parâmetros avaliativos são a eficiência, excelência, qualidade, disciplina, dentre outros”, atributos que, hoje, estão muito longe da realidade das escolas públicas brasileiras, presentes apenas em algumas instituições particulares e nas escolas militarizadas que visam uma formação intelectual e moral plena.

Dada a importância da educação para a sociedade, como deveria-se formar os educadores? Acredita-se que em uma perspectiva de formação de um cidadão crítico e autônomo, seria necessário educadores que ensinassem a reflexão e não a reprodução, seja esta de qualquer ideologia. Desta forma, a imposição da ideologia marxista seria também uma forma de doutrinação, possivelmente tão nociva quanto a questionada pelo viés marxista. Nesse sentido, nota-se que a formação adequada de docentes têm sido um grande desafio, pois deveria-se capacitar os futuros professores para motivarem seus alunos na busca incansável pelo conhecimento, um caminho que se constrói por meio do questionamento, porém sem desconsiderar toda a produção científica e cultural produzida pela sociedade. Afinal, esta seria a função da escola, transmitir um conhecimento que a criança não teria acesso em outra instituição (YOUNG, 2007).

Michel Young (2007) chama atenção para as críticas marxistas à escola, haja vista que nas décadas de 1970 e 1980, a escola era vista como instrumento da classe dominante, e jovens trabalhadores que chegavam a universidade eram vistos como legitimadores da ordem vigente. Entretanto, negar a classe trabalhadora o acesso ao conhecimento, não seria também uma forma de opressão?

Desta forma, a formação dos docentes para atuação na educação básica não pode pautar-se exclusivamente em uma ideologia, deve sobretudo incentivar a pesquisa e a reflexão da realidade. Notadamente, esta postura deve ser buscada pelos docentes do ensino superior que precisam proporcionar aos futuros professores perspectivas variadas da realidade, apresentá-los as diversas linhas teóricas, para que possam com autonomia realizar futuramente suas escolhas teóricas e metodológicas, o que não seria possível se aprendesse que existe uma única interpretação da realidade.

Nessa perspectiva, destaca-se o curso de Pedagogia, que tem em Paulo Freire um grande referencial teórico, e prepara professores para a educação básica. Ao analisar as diretrizes deste curso Libâneo (2006) reforça a tese sobre a sociologização da pedagogia, ao afirmar que o curso de pedagogia transformou-se num curso de formação de professores, com foco na ideologia política e social através da docência acima da ciência pedagogia. O autor reforça ainda que a própria Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre as diretrizes curriculares do curso de Pedagogia, reflete esse processo de desconstrução da educação tradicional para a implementação dessa concepção sociologizante que visa a prevalência de uma formação social dos pedagogos sobre a própria pedagogia, as insuficiências e limites estabelecidos e sua intencionalidade ideológica.

Vale ressaltar que o sucesso de tal sociologização só foi possível graças a ocupação de membros da ANFOPE nas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, além do próprio Ministério da Educação (MEC), regulador de todo sistema educacional. A partir daí inicia-se a efetiva influência Marxista na educação através da Sociologia nos currículos de Pedagogia legitimados pela própria Resolução do CNE, base para as Diretrizes Curriculares Nacionais na Pedagogia, que torna a educação mais predominantemente política e social do que pedagógica.

Cabe ressaltar, que não pretende-se esvaziar o sentido político da educação, isso seria impossível, e também empobrecedor. Porém, é necessário que no Ensino Superior não perca de vista o objetivo principal de uma formação integradora, que este seja um ambiente que valorize o espírito científico, e para tanto leve o acadêmico a pensar com autonomia.

Acredita-se que a educação possui sim um aspecto revolucionário, que seria a possibilidade de abrir as portas do conhecimento para o ser humano, o ideal

de classe não pode estar acima da funcionalidade das instituições educacionais. Esse modelo pedagógico sociologizado tanto na sua aplicação quanto na formação profissional, apresenta um viés reducionista no entendimento de objetivos e práticas escolares que podem ocasionar danos na educação dos alunos e funcionamento das instituições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras e análises realizadas não há como negar que o ideário de Antônio Gramsci, no que diz respeito à educação, de ocupar as instituições de ensino e a partir dos intelectuais desconstruir, destruir, verdades transmitidas pelo capitalismo, modelo definido como “educação bancária” por Paulo Freire, influenciou e ainda influencia a educação brasileira.

Notou-se que o modelo Freiriano realmente foi eficaz, atendeu o que Gramsci sugere na sua “escola humanista”, modelo crítico para questionar valores do sistema dominante trazidos como verdades, ocupando os espaços, destruindo e reconstruindo a cultura e valores preexistentes na sociedade. O que diferencia é que Gramsci sugere tal rebeldia do conhecimento depois de adquiri-lo, após uma formação intelectual ampla, científica, lógica e profunda para depois adentrar numa pedagogia crítica e, não uma pedagogia crítica desde a alfabetização, como proposto por Paulo Freire. Talvez esse seja o maior erro dele, pois, cria “revolucionários” intelectualmente inferiores, sem qualquer conhecimento objetivo, científico, lógico e factual da realidade, com raciocínio pouco desenvolvido e baixíssima capacidade de argumentação na defesa da cultura comunista a qual se pretende atingir pela revolução cultural. Sobre isso, Gramsci ressalta: “Todo aquele que sustenta um ponto de vista contrário ao seu, enquanto é intelectualmente superior, sabe argumentar as suas razões melhor do que ele e, logicamente, o derrota na discussão” (1999, p. 108).

Para Paulo Freire (1996), autoridade, regras, são formas de opressão, é preciso não só autonomia, como uma rebelião contra essas autoridades opressoras. Acredita-se que isso pode resultar numa realidade em que os alunos “oprimidos”

podem fazer o que querem, e seus professores, coordenadores e pais “opressores”, nada pudessem fazer, pois isso seria oprimir.

É fato, amplamente divulgado nos dias atuais, que crimes como agressão, estupro, uso de drogas, danos ao patrimônio, entre outros, são comuns nas escolas, e que as punições cabíveis para estes e muitos outros comportamentos negativos, não são aplicadas, e quando são, quem pune é punido por punir, é como se estivéssemos numa realidade em que a autonomia e liberdade transformaram-se no desrespeito a autoridades, às regras, no caos e libertinagem e, todos estivessem de mãos atadas para resistir a esta “autonomia” e “liberdade”.

Hoje, mesmo com uma quantidade de alunos nas universidades bem superior ao passado, estamos em penúltimo lugar no ranking global de educação, conforme a pesquisa encomendada à consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU) realizada 2012, que comparou 40 países levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores.

Tem-se que admitir que as Universidades de hoje perderam a qualidade de ensino que atingiu seu ápice qualitativo no final do século XIX. Isso deve-se tanto a este modelo de ensino desde a base, quanto objetivos quantitativos e não qualitativos no ensino superior, além de financiamentos estatais para faculdades particulares, deixando-as dependentes do estado, uma menor exigência para abertura de cursos, menor tempo de formação, sob um viés populista, colocando as instituições, os alunos, os professores e todos os envolvidos gratos pelos benefícios ínfimos oriundos de seus próprios impostos. Obviamente, com tantas facilidades, o objetivo quantitativo é alcançado, dando a eles dados numéricos para divulgar uma falsa realidade de que a educação vai bem.

Outro aspecto interessante nas universidades é que muitas estão substituindo livros por apostilas, o que pode prejudicar o acesso do aluno na base teórica original e autêntica do autor, tendo este acesso à recortes ou distorções convenientes destas teorias. Por isso, a diplomação de profissionais pouco qualificados, muitas vezes incapazes do exercício da profissão é tão comum hoje em dia.

Não foi por acaso que a base de sustentação teórica marxista levou a esta reformulação na educação, especialmente no que tange a tese crítica marxista da divisão social do trabalho da sociedade capitalista reproduzida nas escolas liberais. A ocupação dos espaços por estes “educadores” marxistas trouxeram

modificações drásticas no nosso modelo educacional sociologizado com o propósito de quebrar a hegemonia do sistema capitalista dominante e promover através do ensino sociologizado, político, marxista uma rejeição desse sistema dominante e uma paralela doutrinação da ideologia marxista, enfeitada de tal maneira que a mesma fosse vista como uma forma de justiça social e que visasse uma sociedade igualitária, justa, onde tudo pertencesse a todos e nenhum grupo oprime ou é oprimido por outro.

A razão sociológica está inteiramente voltada para a descrição, a explicação, a objetivação dos fenômenos. O determinismo é sua força heurística, o relativismo sua tentação natural, o cinismo teórico (...) sua atitude. Ao contrário, a razão pedagógica é essencialmente normativa e prescritiva, sua tentação natural é o universalismo, (...) sua postulação normal uma certa espécie de idealismo prático. É por isso que a colaboração entre sociologia e Pedagogia é objeto de um contencioso perpétuo e o teatro de um perpétuo mal-entendido (FORQUIN, 1993, p.166).

Nestes casos, fica evidente que o objetivo da nossa educação já não é mais educar, e sim doutrinar. Tanto é que hoje nossa educação apresenta graves prejuízos reflexos deste modelo.

Os alunos, vítimas desse modelo pedagógico alinhado com as ideias gramscianas, mostram sua clara deficiência escolar em concursos e vestibulares perante alunos que recebem educação adequada fora desse modelo.

Cabe evidenciar que os docentes que seguem as diretrizes e as resoluções sociologizadas legitimam este modelo, eles determinam o que e como vai ser ensinado na prática, eles que formam os futuros professores que irão ou não reproduzir este mesmo modelo, eles que aceitam e submetem inconscientes, iludidos e apaixonados a tal modelo, faz-se necessário que os mesmos sejam conscientizados e desiludidos quanto a este modelo, para que a urgente resistência exercida na prática docente, passe a formar pessoas conscientes e autônomas, livres de qualquer tipo de doutrinação.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.

ARANTES, Josabete Rodrigues Teixeira. **Relação Família e Escola**. A Participação da Família no Contexto Escolar e O Pedagogo Como Mediador Desta Relação Em Nível Fundamental. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

BELLO, José Luís de P. **História da Educação no Brasil** - Período da Segunda República. Pedagogia em Foco. São Paulo: 2011.

DURHAM, E. Educação superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTMAN, Simon; BROCK, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. **História da Educação Brasileira**. 4.ed. São Paulo:Cortez Editora, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, Volume 1**, Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere, Volume 2**, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Concepção Dialética da História**. 3.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1982.

HOUAISS, Antônio; Mauro de Salles Villar. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 6 vols. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

LIBÂNEO, José C. Diretrizes curriculares da Pedagogia: um adeus à pedagogia e aos pedagogos? In: **ANAIS DO XIII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO**, 2006, Recife. Novas subjetividades, currículos, docência e questões pedagógicas na perspectiva da inclusão social. Anais... Recife: Bagaço, 2006. p. 213-242

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4.ed. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007.

_____. **O Capital**: crítica da economia política (Livro I: O processo de produção do capital). São Paulo: Editorial Nova Cultura, 1996.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação superior**: democratizando o acesso (Série Documental. Textos para Discussão). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PICCININI, Cláudia Lino. **Marx e o Marxismo 2011**: teoria e prática. Niterói: Universidade Federal Fluminense, UFRJ. 2011

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 13.^a edição - Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO, H. Ensino Superior no Brasil - o setor privado. São Paulo: Hucitec, 2000.

SAVIANI, D. et. al. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

STELMACKI, Roberto Junior. **Dez Motivos Para Ler Educando À Direita, De Michael Apple**, Portal de Periódicos da universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Revista Páxis Educativa, 2016, Vol. 11, Nº 1, Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 112-115

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil** - análise e interpretação de sua evolução até 1969, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2005.

TRACY Destutt de, **Éléments d'idéologie**, 4 Vols. Bruxelas: Traité de la volonté et de ses effets, 1817

VIEIRA, David Guerreiros. **Método Paulo Freire, ou Método Loubach?** 2004. Disponível em <<http://www.escolasempartido.org/artigos-top/178-metodo-paulo-freire-ou-metodo-laubach>> Acesso em: 23 de março de 2016.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101.pdf>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

ABSTRACT: In the minds of many, education is a technical scientific model focused on teaching and learning processes, ensuring the maintenance and perpetuation of knowledge and socio-cultural values to the generations that follow. We intend to show in this literature that the reality is different. Theoreticians as Antonio Gramsci (1891/1937) and Paulo Freire (1921/1997) provided a significant contribution to the

detriment of this purpose. Therefore, we analyzed the work Prison Notebooks, especially the twelve book which deals with education, Gramsci and work pedagogy of Paulo Freire Oppressed, aiming to show the communist revolutionary ideal of these authors, their techniques and influential ideologies in Brazilian education, especially in courses aimed at training teachers, and what the consequences in education, respect its laws and guidelines to its applicability.

Keywords: Gramsci. Freire. Ideology. Education. Marxism.